



ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS, COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, COMISSÃO DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER EM AMBIENTE VIRTUAL, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR AS MATÉRIAS DELIBERATIVAS APRESENTADAS. Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, às 09h25min, em sessão realizada por meio de Sistema de Deliberação Remota, SDR, em que as discussões e deliberações foram tomadas em ambiente virtual, com a presença do Vereador **Ricardo Liberato**, Vereador **Anderson Correia**, Vereadora **Aline Nascimento**, Vereadora **Kátia das Rendeiras**, Vereador **Nelson Diniz**, Vereador **Edmilson do Salgado**, Vereador **Maurício Caruaru**, Vereador **Jorge Quintino**, Vereador **Carlinhos da Ceaca**, Vereadora **Perpétua Dantas**, Vereador **Cabo Cardoso**, Vereador **Izaac da Saúde**, Vereador **Fagner Fernandes**, e Vereador **Mano do Som**, bem como os membros da Consultoria Jurídica Legislativa: José Ferreira Netto, Anderson de Mélo, Joana Caraciolo, Rosana Amorim, Clayton Barbosa e a estagiária Camila Costa. Ausente o Vereador **Val Lima**. Inicialmente, os membros das Comissões presentes elegeram o Vereador Ricardo Liberato como Presidente da reunião. Após eleito, o presidente da reunião, Vereador Ricardo Liberato, saudou a todos e passou a palavra à Consultoria Jurídica para expor a pauta da reunião. Na sequência, foram lidas as solicitações de retirada das seguintes proposições: O **Projeto de Lei nº 9.188/2021**, de autoria do Poder Executivo que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas de Caruaru, e dá outras providências. Realizado pedido de retirada proferido pela autora mediante ofício, deferido pelas comissões, que determinaram o prosseguimento do trâmite; O **Projeto de Lei nº 9.199/2021**, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o pagamento do Incentivo a Educação 2021 e dá outras providências. Realizado pedido de retirada proferido pela autora mediante ofício, deferido pelas comissões, que determinaram o prosseguimento do trâmite. Por conseguinte, foi lido e debatido o **Projeto de Lei nº 9.200/2021**, de autoria do Poder Executivo, que dispõe acerca do valor da hora-aula dos professores contratados nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e o art. 67, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Caruaru. O presidente, Vereador Ricardo Liberato, indicou como Relator do projeto o Vereador Nelson Diniz. Foi dispensada a leitura do Projeto de Lei, tendo em vista ter sido realizada previamente pelos edis, por meio do SAPL. Em seguida o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela admissibilidade da proposição. Concedida a palavra, a Vereadora Perpétua Dantas questionou ao Consultor Jurídico sobre a planilha de impacto orçamentário, em que consta o valor de rateio de aproximadamente trinta e nove milhões, se esse valor seria extraído dos quarenta e quatro milhões do FUNDEB. O Consultor Jurídico Dr. José Netto respondeu que a análise jurídica se deteve aos requisitos mínimos legais, mas a pessoa mais indicada a dirimir a dúvida da parlamentar seria o Secretário de Educação. Aberta a votação, o Relator, Vereador Nelson Diniz., votou de forma favorável ao projeto e os demais membros da Comissão de Legislação e Redação de Leis, bem como os membros da Comissão de Finanças e Orçamento e também da Comissão de Educação, Cultura e Esportes seguiram o voto do Relator, sendo o



projeto aprovado por unanimidade e recebendo parecer favorável das comissões pertinentes, determinou-se o prosseguimento do trâmite legislativo. Da mesma forma, foi analisado o **Projeto de Lei nº 9.206/2021**, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o pagamento do Incentivo a Educação 2021 e dá outras providências. O presidente, Vereador Ricardo Liberato, indicou como Relator do projeto o Vereador Anderson Correia. Foi dispensada a leitura do Projeto de Lei, tendo em vista ter sido realizada previamente pelos edis, por meio do SAPL. Em seguida o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela admissibilidade da propositura. No que diz respeito à **Emenda n. 255/2021**, de autoria da Vereadora Perpétua Dantas, o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela inadmissibilidade da emenda, tendo em vista que esta ampliaria o rol de afastamentos considerados como de efetivo exercício, o que implica em aumento de despesa, incorrendo na vedação legal imposta pelo artigo trinta e seis, parágrafo primeiro, da Lei Orgânica. Com a palavra, a Vereadora Perpétua Dantas indagou se houver uma separação dos readaptados, poderia viabilizar a emenda. O Consultor Jurídico respondeu que deveria haver uma adequação ao Estatuto Estadual dos Servidores Públicos, posto que a emenda ampliou rol de afastamentos considerados como de efetivo exercício. O Vereador Anderson Correia indagou se a propositura contemplava todos os profissionais da Educação. O Vereador Ricardo Liberato respondeu enumerando os cargos a serem contemplados. Aberta a votação, o Relator, Vereador Anderson Correia, votou de forma favorável à propositura e os demais membros da Comissão de Legislação e Redação de Leis, bem como os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, e também da Comissão de Educação, Cultura e Esportes seguiram o voto do Relator, sendo o projeto aprovado por unanimidade e recebendo parecer favorável das comissões pertinentes, determinou-se o prosseguimento do trâmite legislativo. Após, abriu-se a votação para a **Emenda n. 255/2021**. Dessa forma, o Relator, Vereador Anderson Correia, votou de forma desfavorável à emenda e os demais membros da Comissão de Legislação e Redação de Leis, bem como os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, e também da Comissão de Educação, Cultura e Esportes seguiram o voto do Relator, sendo a emenda rejeitada por unanimidade e recebendo parecer desfavorável das comissões pertinentes, que determinaram o prosseguimento do trâmite legislativo. Não havendo mais matérias para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, o Vereador Nelson Diniz se despediu dos presentes e se retirou da reunião às 9h54min. Sem delongas, foi analisado o **Projeto de Lei nº 9.201/2021**, de autoria do Poder Executivo que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas de Caruaru, e dá outras providências. O presidente, Vereador Ricardo Liberato, indicou como Relator do projeto o Vereador Carlinhos da Ceaca. Foi dispensada a leitura do Projeto de Lei, tendo em vista ter sido realizada previamente pelos edis, por meio do SAPL. Em seguida o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela admissibilidade da propositura. Aberta a votação, o Relator, Vereador Carlinhos da Ceaca, votou de forma favorável ao projeto e os demais membros da Comissão de Legislação e Redação de Leis (com exceção do Vereador Anderson Correia que, neste momento, teve sua participação prejudicada por problemas técnicos, retornando imediatamente após a votação), bem como os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, da Comissão de Obras e



Urbanismo e Serviços Públicos e os membros da Comissão de Direitos Humanos que seguiram o voto do Relator, sendo o projeto aprovado por unanimidade e recebendo parecer favorável das comissões pertinentes, determinou-se o prosseguimento do trâmite legislativo. Ainda, foi analisado o **Projeto de Lei Complementar n. 112/2021**, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do cargo de Auditor Fiscal do Município de Caruaru, institui a Remuneração, e dá outras providências. O presidente, Vereador Ricardo Liberato, indicou como Relatora do projeto a Vereadora Aline Nascimento. Foi dispensada a leitura do Projeto de Lei, tendo em vista ter sido realizada previamente pelos edis, por meio do SAPL. Em seguida o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela admissibilidade da propositura. Aberta a votação, a Relatora, Vereador Aline Nascimento, votou de forma favorável ao projeto e os demais membros da Comissão de Legislação e Redação de Leis, bem como os membros da Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Direitos Humanos que seguiram o voto da Relatora, sendo o projeto aprovado por unanimidade e recebendo parecer favorável das comissões pertinentes, determinou-se o prosseguimento do trâmite legislativo. Do mesmo modo, foi analisado o **Projeto de Lei nº 9.205/2021**, de autoria do Poder Executivo, institui o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e dá outras providências. O presidente, Vereador Ricardo Liberato, indicou como Relator do projeto o Vereador Izaac da Saúde. Foi dispensada a leitura do Projeto de Lei, tendo em vista ter sido realizada previamente pelos edis, por meio do SAPL. Em seguida o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela admissibilidade da propositura. Aberta a votação, o Relator, Vereador Izaac da Saúde, votou de forma favorável ao projeto e os demais membros da Comissão de Legislação e Redação de Leis, bem como os membros da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública seguiram o Relator, sendo o projeto aprovado por unanimidade e recebendo parecer favorável das comissões pertinentes, determinou-se o prosseguimento do trâmite legislativo. Havendo matéria de competência apenas da Comissão de Legislação e Redação de Leis, os parlamentares, membros das demais comissões se despediram e se retiraram da reunião às 10h09min. Ainda, foi analisado pela Comissão de Legislação e Redação de Leis o **Projeto de Lei nº 9.204.2021**, de autoria do Vereador Lula Torres que dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de legenda nos filmes nacionais e estrangeiros, exibidos no município de Caruaru e dá outras providências. Foi dispensada a leitura do Projeto de Lei, tendo em vista ter sido realizada previamente pelos edis, por meio do SAPL. Em seguida o Consultor Jurídico Geral, Dr. José Netto, expôs o parecer jurídico de modo opinativo e não vinculante pela inadmissibilidade da propositura. Aberta a votação, os membros da Comissão seguiram o parecer jurídico da Casa, sendo o projeto rejeitado por unanimidade e recebendo parecer desfavorável da comissão pertinente, determinando-se o prosseguimento do trâmite legislativo. Não havendo nada mais a tratar, o Vereador Ricardo Liberato encerrou a presente reunião às 10h23min. A reunião foi gravada e poderá ser disponibilizada a quem se interessar. Para fins de direito, eu, Camila Costa, sob a supervisão da servidora Rosana Amorim, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, e pelos vereadores presentes. Caruaru-PE, 22 de dezembro de 2021.



Vereador **RICARDO LIBERATO**

Presidente da Comissão de Legislação e Redação de Leis, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Vereador **ANDERSON CORREIA**

Membro da Comissão de Legislação e Redação de Leis e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereadora **ALINE NASCIMENTO**

Membro da Comissão de Legislação e Redação de Leis e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Vereador **JORGE QUINTINO**

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador **CARLINHOS DA CEACA**

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento e Serviços Públicos

Vereador **NELSON DINIZ**

Membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes



Vereador **IZAAC DA SAÚDE**

Membro da Comissão de Direitos Humanos

Vereadora **PERPÉTUA DANTAS**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Vereador **FAGNER FERNANDES**

Membro da Comissão de Direitos Humanos

Vereador **EDMILSON DO SALGADO**

Presidente da Comissão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

Vereador **MAURÍCIO CARUARU**

Membro da Comissão de Obras e Urbanismo e Serviços Públicos e Membro da Comissão de Segurança Pública

Vereadora **KÁTIA DAS RENDEIRAS**

Membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Vereador **MANO DO SOM**

Membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher